



Celso Antônio Bandeira de Mello

DISCRICIONARIEDADE E CONTROLE JURISDICIAL

3^a edição revista, ampliada e atualizada

área específica da obra

Direito Administrativo (x)

áreas afins do livro

Direito Municipal (x)

Direito Ambiental (x)

Direito Constitucional (x)

palavras-chave

Ato administrativo – Ato legislativo –

Discricionariedade – Atos administrativos

discpcionários – Controle – Controle judicial

– Celso Antônio Bandeira de Mello – Direito
administrativo

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm

CÓDIGO: 3453

Desenvolvendo o tema de modo original – apesar das inúmeras discussões já surgidas na doutrina e nos tribunais – o autor realça, nesta obra, alguns aspectos ainda pouco estudados, ou insuficientemente enfatizados, mas que são de substancial importância para a correta compreensão do assunto.

Para clareza dos conceitos e estabelecimento de princípios, o autor inicia colocando e discutindo premissas básicas, que serão o fundamento das conclusões – partindo dos fundamentos jurídicos da atuação administrativa para penetrar no estudo da discricionariedade, do mérito, dos motivos, da motivação e da causa do ato administrativo e no estudo do desvio do poder.

Imprescindível para a sua perfeita compreensão, esta obra é um completo estudo sobre tema tão rico quanto controvertido na nossa literatura jurídica e nas discussões dos nossos tribunais.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

B214d Bandeira de Mello, Celso Antônio

Discretionariedade e controle jurisdicional -- 3. ed. -- / Celso Antônio Bandeira de Mello. Belo Horizonte: Fórum, 2025.

91 p. 14,5x21,5cm
ISBN impresso 978-65-5518-792-2
ISBN digital 978-65-5518-799-1

1. Ato administrativo. 2. Ato legislativo. 3. Discretionariedade. 4. Atos administrativos discretionários. 5. Controle. 6. Controle judicial. 7. Celso Antônio Bandeira de Mello. 8. Direito administrativo. I. Título.

CDD: 342
CDU: 342

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Discretionariedade e controle jurisdicional*. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 91 p. ISBN 978-65-5518-792-2.

Celso Antônio Bandeira de Mello

Professor Emérito da PUC-SP. Professor Titular de Direito Administrativo da PUC-SP.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

O “PODER” DISCRICIONÁRIO	7
I – Introdução.....	7
II – O dever discricionário.....	12
III – Aspectos discricionários do ato administrativo.....	13
IV – “Causas” normativas geradoras da discricionariedade	15
V – Discricionariedade e conceitos imprecisos	18
VI – Delimitação da fluidez dos conceitos imprecisos.....	23
VII – Discricionariedade no comando da norma: dever de adotar a melhor solução.....	26
VIII – Discrição na norma e descrição no caso concreto.....	29
IX – A natureza da discricionariedade	33
X – Finalidade da norma como baliza da descrição.....	36
XI – Síntese conclusiva.....	38
XII – Conceito de discricionariedade.....	39

CAPÍTULO II

DESVIO DE PODER.....	41
I – Introdução.....	41
II – A teoria do desvio de poder.....	47
III – Modalidades de desvio de poder.....	49
IV – O desvio de poder e a regra de competência	51
V – Desvio de poder alheio a qualquer finalidade pública.....	52
VI – Desvio de poder praticado por agente que atua com vistas a uma finalidade legal	54
VII – Exemplário de desvio de poder.....	56
VIII – O desvio de poder e o vício de intenção	58
IX – Desvio de poder: vício objetivo.....	61
X – Desvio de poder por omissão	63
XI – Desvio de poder em atos legislativos e jurisdicionais	64
XII – A prova do desvio de poder	65
XIII – Desvio de poder e mérito do ato	69

CAPÍTULO III

MOTIVO, CAUSA E MOTIVAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO	71
I – Introdução.....	71
II – O motivo do ato administrativo	72
Motivo legal e motivo de fato.....	73
Motivo e móvel.....	73
III – O controle jurisdicional dos motivos	73
IV – Materialidade e “qualificação” dos motivos	75
V – A causa do ato	79
VI – A “razoabilidade”, a “proporcionalidade”, a lealdade, a boa-fé e a igualdade como critérios de avaliação da “causa” do ato	80
VII – A “motivação” do ato.....	83
VIII – Motivação, requisito autônomo de legitimidade?	87

REFERÊNCIAS	89
-------------------	----